



Anexo I

Justificativas



ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços a serem executados, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a ser parte integrante do mesmo.

Justificativas:

a) Da Necessidade da Contratação:

Os Projetos Públicos de Irrigação (PPI's) foram concebidos com os objetivos de:

- Fomentar a produção agrícola, reduzindo os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas à baixa ou irregular distribuição de chuvas;
- Promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos;
- Contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos;
- Concorrer para a geração de emprego e renda.

Os serviços de operação e manutenção (O&M) desses empreendimentos envolve uma série de atividades técnicas e administrativas que visam conservar a infraestrutura física (estradas, diques, canais de irrigação e drenagem) e distribuir e fornecer água para irrigação, de forma racional, eficiente e de acordo com as reais necessidades do cultivo, bem como gerenciar adequadamente os recursos (equipe, instalações, equipamentos elétricos e eletromecânicos, etc.) a fim de que seja possível alcançar os objetivos e as metas dos PPI's.

A operação eficiente e a manutenção oportuna da infraestrutura de uso comum dos PPI's permitem:

- Melhorar conservação da infraestrutura de uso comum (obras e equipamentos);
- Reduzir custos de manutenção, evitando despesas de reabilitação prematura de equipamentos e instalações físicas;
- Racionalizar o uso e controlar os custos com energia elétrica nos serviços de bombeamento de água para irrigação e drenagem da área;
- Melhorar a produção e produtividade dos empreendimentos, através do manejo mais eficiente da irrigação e drenagem da área; e
- Incrementar a intensidade de uso da terra.

A presente licitação justifica-se pelo princípio do interesse público, tendo em vista que as infraestruturas de irrigação de uso comum dos PPI's são bens públicos de importância estratégica para o desenvolvimento regional, e que a Codevasf não mais dispõe de profissionais para prestar diretamente os serviços de O&M, e ainda, que é dever do Poder Público zelar pelo funcionamento e manutenção de tal patrimônio.



b) Da adoção do PREGÃO ELETRÔNICO:

Por tratar-se de serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade conhecidos no mercado e definidos objetivamente nas Especificações Técnicas (Anexo III), que fazem parte deste Termo de Referência. Adota-se a modalidade Pregão Eletrônico com vistas a ampliar a transparência e a competitividade, a dar maior celeridade ao procedimento e garantir tratamento isonômico aos licitantes, buscando maior eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

c) Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: contratação por preço certo de unidades determinadas, por se tratar basicamente de contratação de fornecimento de material e de mão de obra para realização dos serviços de manutenção e a operação de estações de bombeamento de água (irrigação e drenagem) e de utilização de máquinas pesadas, ou seja, de serviços bem definidos, cuja a remuneração será feita em função do que é efetivamente executado e medido mensalmente, conforme previsto no cronograma físico-financeiro do contrato.

d) Não será utilizada “contratação Semi-integrada:

Conforme previsto inciso V do Art. 43 da Lei 13.303/2016, este regime de contratação aplica-se à execução de obras ou serviços de engenharia em que for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados, na fase contratual, com diferentes metodologias ou tecnologias.

Trata-se do regime adequado às obras ou serviços de engenharia cuja complexidade requer mudanças na concepção técnica na fase contratual (execução). Em síntese, na elaboração do Edital, a Contratante definirá os serviços ou as quantidades de serviços presentes no projeto básico que a Contratada poderá executar com certa margem de liberdade de escolha da metodologia ou tecnologia mais adequada.

Verifica-se assim que o regime não se aplica ao objeto deste Termo de Referência, por se tratar de serviços comuns e bem definidos nas Especificações Técnicas (Anexo III), não sendo possível a execução do objeto com diferentes metodologias ou tecnologias.

e) Participação de Consórcios:

Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação no certame de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

f) Participação de Sociedade Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas, uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concebe autonomia dos cooperados. Ademais, em consonância com o Súmula Nº 281 - TCU 281, deve-se vedar tal participação, dado que a natureza do serviço ou o modo pelo qual é ele é usualmente executado, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.



g) Divulgação do valor orçado:

Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

h) Para não caracterizar contratação de mão-de-obra:

Conforme especificado no item 6 (Justificativa e Objetivo da Contratação) destes Termos de Referência, a referida contratação tem por objeto a execução dos serviços de Operação e Manutenção (O&M) da infraestrutura de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação de interesse social Boacica e Itiúba, localizados, nos Municípios de Igreja Nova, Penedo e Porto Real do Colégio no Estado de Alagoas, na área de atuação da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Vale salientar que os empregados da Contratada irão executar os serviços conforme as Especificações Técnicas (Anexo III), que fazem parte deste Termo de Referência, cujas atribuições, em parte, coincidem com as da Contratante, porém os mesmos atuarão apenas no desenvolvimento dos serviços contratados, uma vez que, o quadro de pessoal da Codevasf é insuficiente para atender a demanda de serviços a ser licitada.

i) Qualificação Técnica:

As exigências da Qualificação Técnica visam principalmente garantir que as licitantes que se apresentarem possuam experiência na realização de serviços similares e compatíveis com o objeto da licitação, garantindo mais eficiência na execução deste objeto, cuja quantidade exigida não ultrapassa o limite de 50 % do total a ser contratado.

j) Subcontratação:

Será permitida a subcontratação para os serviços especializados de manutenção eletromecânica, com anuência prévia da CODEVASF. Isso é possível pela especialização necessária para a atividade e por não ser uma atividade fim. As atividades fins não serão subcontratadas.

k) Capacidade Econômica e Financeira/Intervalo mínimo entre lances

Capital Social

O capital social (integralizado ou subscrito) representa um dos subgrupos que compõem o patrimônio líquido da pessoa jurídica; e forma-se pelos valores investidos pelos sócios ou acionistas e aqueles resultantes de lucros não distribuídos.

Sua importância se manifesta na medida em que determina a capacidade operacional e de investimentos de uma empresa no momento em que é criada. No curso de operacionalização das atividades, este capital, conforme seu estatuto ou contrato social, poderá ser incrementado com a destinação de lucros parciais, o que demonstrará a capacidade de desenvolvimento e de crescimento da empresa.

Em síntese: O capital social é a soma dos valores representados por moeda e bens disponibilizados pelos sócios e investidores do negócio.

Índices Econômicos

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato.

A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira.

Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento.

SÚMULA Nº 289. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, **sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.** (GRIFAMOS).

É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela.

A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame.

Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Estes índices, como se mostram, são necessários em razão das características do objeto licitado, que trata de execução dos serviços de operação e manutenção, da infraestrutura de irrigação de uso comum, de dois perímetros públicos de Irrigação, cujo valor previsto e prazo de vigência são de considerável relevância.

Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índices, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018 que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O cociente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. **Liquidez Geral.** É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.

2. **Solvência Geral.** É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência



por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o Patrimônio Líquido).

3. **Liquidez Corrente.** É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

As características peculiares ao objeto que ora trata de um serviço de engenharia, são a razão de tais exigências (capital social e índices econômicos), pois, não exigir boa situação econômica e financeira da contratada seria temerário para a contratante, visto que no curso da vigência do contrato pode, e é comum, surgir incidentes como atraso de pagamento (tanto que o edital prevê atualização financeira), retificação de trabalhos, aditivos de prazos, etc., Justamente por isso, contratar uma empresa para executar serviço de média complexidade, de considerável valor e durante razoável prazo que poderá, inclusive, se estender, afigurar-se-ia ato temerário contra a CODEVASF e a própria contratada, pois esta, no percurso, enfrentaria sérios problemas que desembocaria em possível solução de continuidade e consequente apuração sancionatória administrativa.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a CODEVASF disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, do capital social no patamar de 10% e dos índices econômicos detalhados, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Intervalo mínimo entre lances:

O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Este instituto objetiva evitar lances com reduções irrisórias ou aviltantes, como por exemplo R\$ 0,01 (um centavo). No entanto, o mesmo instituto não pode inviabilizar a competição, ou mesmo restringi-la, exigindo percentuais ou valores desproporcionais ou exorbitantes.

É verdade que não se alcançará, nem é o propósito, um percentual ou valor ótimo ou “tipo ideal”.

A carga subjetiva é grande e larga, mas, a função do edital é definir os critérios para torná-los objetivos perante todos. Por isso, definiu-se **R\$ 200,00** (duzentos reais) o valor mínimo entre os lances, tomando em conta que a competição dar-se-á por unidade de serviço (valor global). Tal valor fora definido pela equipe técnica, por entender ser capaz de alijar lances com redução irrisória ou aviltante, bem como prevenir a inviabilidade, ou mesmo restrição, da competição entre os fornecedores.

Penedo, AL em 30 de agosto de 2023

Documento assinado eletronicamente

Alexandre dos Santos Lira
Analista de Desenvolvimento Regional
CODEVASF – ALAGOAS



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
